



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1456

## A INFLUÊNCIA DO BANCO MUNDIAL NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Renata Valério Silva (Orientanda)<sup>1</sup>  
Jani Alves Moreira da Silva (Orientadora)<sup>2</sup>  
Maria Eunice França Volsi (Co-orientadora)<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar e discutir as orientações do Banco Mundial acerca das políticas de formação de professores da educação básica no Brasil, com ênfase nas categorias políticas que o Banco Mundial ressalta nos discursos em todos os documentos. Esta análise documental baseou-se nos documentos do Banco Mundial, *Prioridades y Estrategias para la Educacion* (1995), *Mejorar la enseñanza y el aprendizaje por medio de incentivos* (2005), *Incrementar el aprendizaje estudiantil em América Latina: el desafío para o siglo XXI* (2008) e um documento publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) *Talis 2013 Results on international perspective on teaching and learning* (2013).

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais. Formação de Professores. Banco Mundial.

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá. Estudante do Grupo de Pesquisa GEPEFI/CNPq

<sup>2</sup> Professora Adjunto do Departamento de Teoria e Prática da Educação da UEM e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE/UEM). Coordenadora da CAE/UEM. Líder do Grupo de Pesquisa GEPEFI/CNPq

<sup>3</sup> Professora Assistente do Departamento de Teoria e Prática da Educação da UEM. Doutoranda em Educação PPE/UEM.



## INTRODUÇÃO

A pesquisa em questão trata sobre a influência que o Banco Mundial exerce na educação brasileira, especificamente, no âmbito das políticas de formação de professores. Aos professores atribui-se a responsabilidade quanto ao desenvolvimento e à qualidade da educação, seja pública ou privada. Nesse sentido, a formação de professores tem se constituído em tema central nas orientações políticas de agências internacionais e, conseqüentemente, nas políticas para a educação.

Realizou-se uma pesquisa documental e bibliográfica que propõe contribuir à compreensão das atuais políticas de formação de professores. O estudo refere-se a uma análise das orientações políticas que estabelecem algumas diretrizes na elaboração da legislação brasileira para a educação. Considera-se importante conhecer a influência de um banco internacional nessas orientações. Assim, indaga-se: Por que o Banco Mundial se preocupa com essa questão? Em que sentido as orientações do BM afetam a educação no Brasil? Essa influência é positiva ou negativa à construção de políticas de formação de professores?

O grupo Banco Mundial (BM) foi criado na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, conhecida como Bretton Woods<sup>4</sup>, que ocorreu nos Estados Unidos, no ano de 1944. A criação desse grupo tinha como objetivo recuperar a economia e os demais problemas que surgiram após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A criação desse grupo está vinculada com a fundação do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ambas as instituições foram criadas com o objetivo de solucionar os problemas econômicos ocasionados pelas conseqüências da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a fim de evitar novas crises econômicas. Esse grupo é composto por 176 países-membros e consta em seus estatutos que “[...] a influência nas decisões e votações é proporcional à participação no aporte de capital [...]” (TOMMASI, WARDE, HADDAD, 1998. p. 16). Os EUA assumiram, desde o início da criação do grupo, o primeiro lugar nas votações e hegemonia absoluta com relação

---

<sup>4</sup> Nome pelo qual ficou conhecida a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, realizada em julho de 1944, em Bretton Woods (New Hampshire, EUA) com representantes de 44 países para planejar a estabilidade da economia internacional e das moedas nacionais prejudicadas pela Segunda Guerra Mundial. Os acordos assinados em Bretton Woods tiveram validade para o conjunto das nações capitalistas lideradas pelos Estados Unidos, resultando na criação do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (SANDRONI, 1985, p.83).

as cinco nações líderes, sendo elas, Japão, Alemanha, França e Reino Unido.

Em 1995 o grupo do Banco Mundial publicou seu primeiro documento sobre educação intitulado *Prioridades y Estrategias para la Educación*<sup>5</sup> que apresentava algumas orientações para a elaboração de políticas públicas para a educação. A visão da educação nesse documento é a de que ela se refere a um produto de mercado como outro qualquer. O Banco apresenta orientações para a formação de professores que, em sua perspectiva, é apresentada como secundária, uma vez que a importância do professor vem quase por último, ficando à frente os materiais didáticos, a estrutura física da escola e o desempenho dos alunos.

Além disso, esse documento aborda a importância de termos em mente que a educação deve ser vista como prioridade para a economia em qualquer país e, para isso, deve-se levar em conta a especificidade de cada nação. Desse ponto de vista, mostra que os investimentos feitos para a formação do professor são muito baixos, influenciando em seus salários. A educação é um produto de mercado compreendida como “capital humano” e o professor, nessa visão, acaba se tornando apenas um “mal necessário” para a condução da mercadoria. Segundo o professor-pesquisador Pansardi (2009):

A educação é vista da ótica de um banco, com o olhar de um financista, de um economista [...]. A escola é uma fornecedora de serviços, uma empresa. Sem compreender a especificidade da sala de aula e da aprendizagem, vistas como uma caixa – preta impenetrável, o BM se volta para os insumos externos que qualificam ou não o produto final: o aluno (PANSARDI, 2009, p.9).

No documento *Mejorar la Enseñanza y el aprendizaje por mérito de incentivos: Qué lecciones nos entregan las reformas educativas de América Latina?*<sup>6</sup> (2005), o professor é colocado como foco. Esse documento aborda como as reformas atingem esse profissional, quais características deve apresentar para ser um bom docente, quais incentivos devem ser dados aos professores, entre outros quesitos.

O documento inicia com a abordagem de que os professores desempenham um papel fundamental na qualidade da educação. O principal desafio no campo da educação é formar professores qualificados e empenhados a assumir as

---

<sup>5</sup> Prioridades e Estratégias para a Educação.

<sup>6</sup> Melhorar o ensino e a aprendizagem por meio de incentivos efetivos: o que podemos aprender com reformas da educação na América Latina.

responsabilidades pelos resultados alcançados e, para tanto, é preciso incentivá-los. Em função disso, o documento destaca que é preciso seguir algumas orientações como, por exemplo:

[...] idealismo, reconhecimento e prestígio, diferenças salariais, a segurança do emprego, domínio, pensões e benefícios, desenvolvimento profissional, infraestrutura, materiais pedagógicos adequados e responsabilidade para com o cliente (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 8).

É preciso reconhecer e prestigiar a profissão de professor, para que outras pessoas se sintam instigadas a se tornarem professores também. “Na maioria dos países latino-americanos, os diferenciais de salário para os professores dependem quase exclusivamente na formação e anos de serviço, raramente são com base no desempenho” (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 9).

É preciso estimular novas pessoas a optarem pela profissão de professor, bem como desenvolver políticas que incentivem os profissionais em exercício a permanecerem em suas atividades. Além disso, o relatório aborda o que faz o professor ser reconhecido como um profissional eficaz, ou seja, quando há evidências de que os alunos adquiriram conhecimentos e competências adequadas. Essa eficácia é medida pelos indicadores de aprendizagem dos alunos, nas avaliações nacionais, especificamente acerca das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Em 1995, os elementos que compõem a escola foram evidenciados no discurso do BM. Em 2005 o professor foi eleito o centro do relatório publicado sobre a educação e, em 2008, com a publicação do documento *Incrementar el aprendizaje estudiantil em América Latina: el desafío para o siglo XXI*<sup>7</sup>. Neste último documento, o aluno configura-se como essência do discurso do BM. O objetivo desse documento é apresentar os problemas gerados pelos baixos resultados pela educação nos países da América Latina e Caribe; quais fatores influenciam esses resultados e sua consequência nos setores sociais, econômico e político.

De acordo com as orientações do BM, melhorar a aprendizagem estudiantil é a chave para o sucesso no setor educacional. A desigualdade existente num país é um fato agravante, uma vez que demonstra o processo deficiente de tornar a educação igualitária. Essa desigualdade é evidenciada nos resultados das provas

---

<sup>7</sup> Incrementar a aprendizagem estudiantil na América Latina: o desafio para o século XXI.

aplicadas aos alunos para medir seu desempenho escolar (BANCO MUNDIAL, 2008). Desse modo, propõe o banco que o desafio do século XXI é melhorar os resultados na educação, porque:

El aprendizaje depende de muchísimos factores, desde la educación de los padres y los valores de la sociedad sobre la educación hasta la infraestructura escolar y el calendario agrícola. Estos factores pueden agruparse en tres categorías: factores referentes a los estudiantes, factores referentes al colegio y factores referentes al sistema, los cuales interactúan para producir el aprendizaje estudiantil<sup>8</sup> (BANCO MUNDIAL, 2008).

Pode-se observar que por meio da visão mercadológica as orientações do BM centram-se na melhoria da qualidade da educação a fim de direcionar que os países subdesenvolvidos<sup>9</sup> aproximem seus resultados aos dos países desenvolvidos.

Nesta pesquisa, após analisar os documentos acima destacados, considerou-se válido abordar o documento publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), intitulado *Talis 2013 Results na international perspective on teaching and learning*<sup>10</sup> (2013), que se refere a uma pesquisa feita com professores e diretores de 34 países. A investigação pautou-se no ponto de vista dos docentes sobre a profissão que exercem e sobre o ensino e aprendizagem que realizam. Uma das constatações evidenciou a desigualdade em relação a horas trabalhadas. No Brasil, o professor tem em média 25 horas de jornada de trabalho, enquanto em países tidos como exemplo na educação, como Filadélfia, a jornada de trabalho é de 19 horas (TALIS, 2013).

Assuntos como valorização da carreira, tempo gasto em sala de aula e didática trabalhada em sala de aula também são abordados nessa pesquisa que resultou no documento *Talis 2013*.

---

<sup>8</sup> A aprendizagem depende de muitos fatores, desde a educação parental e os valores da sociedade sobre a educação a infraestrutura escolar e do calendário agrícola. Esses fatores podem ser agrupados em três categorias: fatores relacionados aos alunos, fatores relacionados à escola e fatores relativos ao sistema, que interagem para produzir o aprendizado do aluno.

<sup>9</sup> Países subdesenvolvidos, também conhecidos como países em desenvolvimento ou países de Terceiro Mundo são aqueles que apenas dispõem do necessário à sobrevivência. O conceito de *necessário* amplia-se na sociedade capitalista de consumo de massas. É a teoria que vincula o desenvolvimento e o consumo com o crescimento econômico.

<sup>10</sup> Resultados na perspectiva internacional sobre ensino e aprendizagem.

Diante do exposto, considera-se necessário a investigação das orientações do BM para a formação de professores a fim de evidenciar algumas categorias políticas<sup>11</sup> que marcam o discurso desse grupo.

### **Categorias políticas: qualificação, eficácia e competências**

Nesta seção, destaca-se as principais categorias políticas que representam elementos repetidos nas análises dos documentos que foram analisados nesta pesquisa. Entre esses elementos, três categorias políticas tornaram-se mais recorrentes nas análises apresentadas sobre a política de valorização e formação de professores.

A **Qualificação** é a primeira delas. Inicialmente, é preciso entender o significado denotativo dessa palavra. *Qualificação* advém do verbo “qualificar” que, de acordo com o Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, elaborado por Antenor Nascentes (1955), “vem do latim *quale, qual, fic*, raiz alterada de *facere*, fazer, e *destin. ar*”. Segundo o dicionário Aurélio (2010), significa: “1. Indicar a(s) qualidade(s) de. 2. Avaliar, apreciar. 3. Considerar habilitado, apto, idôneo. 4. Atribuir qualidade(s) a.; considerar. 5. Classificar”.

Os discursos do BM muito se recorrem a essa palavra para caracterizar aqueles docentes que estão em constante formação, que não se limitam apenas à formação inicial, mas estão sempre na busca de renovação para aperfeiçoar sua prática. De acordo com esse grupo, o professor é um profissional que precisa estar em constante movimento de conhecimentos, buscar, inovar, conhecer e reconhecer os conteúdos que desenvolve, portanto, dominar o assunto que se aborda e, para isso, qualificar-se significa reestruturar-se. A formação continuada é um exemplo de qualificação, pois o professor está obtendo novos conhecimentos, unindo-os com os já obtidos para desenvolver seu trabalho com mais segurança.

É importante que o professor renove-se para aperfeiçoar sua prática. Dessa forma, qualificar, na perspectiva do BM, é estar sempre em busca de uma formação de alta qualidade, a fim de o aluno realmente aprenda. E, como a etimologia da palavra *apresentar*, qualificar é fazer; fazer algo ou buscar por algo que

---

<sup>11</sup> Nesta pesquisa utiliza-se o termo categoria política com intuito de estabelecer uma conceituação sobre a recorrência e o vínculo desses termos nas políticas que tratam da formação e valorização de professores nos documentos do BM que aqui analisou-se.

complemente a formação do professor. Nesse sentido, as orientações sobre qualidade da educação recaem sobre o papel do professor e sua formação continuada a fim de propiciar resultados na aprendizagem do aluno. A avaliação externa é consequência dessa política, que visa ao diagnóstico da aprendizagem por meio de índices. Esse processo dá prosseguimento, por meio da tendência de construir currículos de aprendizagens pautados em descritores avaliativos presentes nas avaliações externas, como também gerar a competição entre escolas públicas ou privadas.

A segunda categoria evidenciada nos documentos foi **Eficiência**. A palavra eficaz origina-se do latim *eficace* e, segundo o dicionário Aurélio (2010), significa que “produz o efeito desejado; eficiente”. Eficácia significa qualidade ou propriedade de eficaz. Eficiência significa ação ou virtude de produzir um efeito.

Um professor eficaz, de acordo com o discurso pregado pelo BM, nas entrelinhas, é aquele que suporta todas as dificuldades presentes e enfrentadas nessa carreira profissional: baixo salário, desvalorização, salas superlotadas, pouco domínio de turma, em casos de salas com muitos alunos, a violência escolar. Some-se a isso, a desigualdade encontrada em muitos lugares por falta de recursos e, ainda assim, manter o nível de seus estudantes no nível desejado por indicadores de avaliação. As indicações do BM revelam que o conceito de professores eficientes centra-se naqueles que são comprometidos com o seu trabalho mesmo diante das dificuldades cuja solução não está sob o seu domínio.

A terceira categoria, **Competência**, de acordo com o dicionário Aurélio, significa: “1. Faculdade que a lei concede a funcionário, juiz ou tribunal para apreciar e julgar certos pleitos ou questões. 2. Capacidade, aptidão. 3. Alçada, jurisdição”.

As competências no plano educacional produziram o deslocamento do saber: do ensino centrado em saberes disciplinares para um ensino definido pela produção de competências verificáveis em situações e tarefas específicas e que visa a essa produção, que caracteriza a “pedagogia das competências”. Essas competências devem ser definidas com referência às situações em que o professor seja capaz de compreender e dominar o conteúdo proposto a estudar e lecionar. Os discentes passam a internalizar o saber, saber-fazer e objetivos, ou seja, saber para eles, saber e transmitir e o objetivo dessa transmissão que resulta no fazer. A partir do momento em que o professor traça o objetivo do saber-fazer, seu trabalho ganha

novos atributos e competências, pois torna-se profissional capaz de gerir o seu trabalho (RAMOS, 2009).

Percebe-se claramente que a competência está ligada à produção. Quanto mais o professor adquire conhecimento e transmite-o aos seus alunos, melhores resultados de aprendizagem estudantil terão. E o trabalho do professor, na visão de competência, é claramente a produção do conhecimento em prol de resultados.

Quando encontramos esse elemento ligado ao professor, é necessário rever o cenário em que esse profissional está inserido. A competência vem ligada com “ter para fazer”, é preciso recursos, uma boa base e oportunidades para fazer um trabalho competente. A competência de um profissional só pode ser julgada se estiver sendo proporcionada, ou seja, um profissional competente é aquele que detém recursos necessários e suficientes para desenvolver seu trabalho.

### **Considerações finais**

Ao encerrar a análise proposta nesta pesquisa, cabe retomar as indagações apresentadas na introdução deste estudo: Por que o Banco Mundial se preocupa com a formação de professores? Em que sentido, as orientações do BM afetam a educação no Brasil? Essa influência é positiva ou negativa à construção de políticas de formação de professores?

Observa-se uma centralidade nas políticas de formação de professores que conduz ao direcionamento da implementação de políticas educacionais que promovam a denominada educação de qualidade. Todavia, para alcançar esse proposto atribui-se a aos professores a responsabilidade pela melhoria da qualidade da educação. Em função disso, predominou-se um forte apelo às políticas de valorização de professores por meio de incentivos financeiros, com base em resultados e mérito. Essas políticas acabam por incitar a concorrência e o individualismo entre os professores, uma vez que somente aqueles que se destacam nas avaliações é que são “valorizados”. O reconhecimento do trabalho de professores, condicionado aos resultados, desprestigia a carreira profissional, uma vez que os incentivos financeiros não são incorporados ao salário do professor, mas caracterizam-se apenas como uma premiação.

Somam-se a essa questão as condições estruturais das escolas no país, que não possuem investimentos e recursos em quantidade suficiente para que de fato se

promova uma educação de qualidade para todos. Centralizar a melhoria da qualidade da educação, única e exclusivamente, nos professores significa ocultar as mazelas sociais e econômicas que têm contribuído, ano após ano, para a constituição do quadro atual da educação brasileira.

Responsabilizar apenas um grupo de profissionais pela qualidade de um país é ignorar a composição escolar, pois a educação não é feita apenas por professores, mas sim por uma equipe. Outrossim, é desconsiderar a história e as relações sociais de produção no contexto capitalista que produz as desigualdades sociais. A efetivação de uma política de formação de professores, condizente com a realidade social, inicia-se pelo governo federal, que deve disponibilizar recursos às escolas para que haja uma melhoria na estrutura física, materiais didáticos para alunos e professores. É preciso que os alunos cheguem até a escola e encontrem um ambiente propício para seu desenvolvimento integral.

Nesta pesquisa, defende-se que em nosso país, urge uma formação inicial e continuada de professores que se desenvolva em universidades públicas, em cursos de licenciaturas presenciais qualificados e bem estruturados. Todavia, o que se vê é uma grande massa de professores sendo formada em cursos a distância. Alguns ocorrem de forma rápidas, precários e sem condições de promover uma efetiva formação ao país. Torna-se contínua a necessidade de políticas paliativas, projetos e programas governamentais de formação continuada para suprir essas deficiências que permanecem na formação inicial de professores.

As categorias políticas recorrentes, evidenciadas neste estudo, comprovam as estratégias neoliberais que incutem a culpa do fracasso escolar e dos baixos índices de desenvolvimento educacional nos professores, ou seja, pela não qualidade na educação. A qualificação é necessária para o aperfeiçoamento dos professores; porém, o que se vê são poucas oportunidades sendo oferecidas de forma integral. Muitas vezes, o discente não dá continuidade à sua formação devido ao tempo de jornada de trabalho. Para obter qualificação, é necessário ter disponibilidade de tempo para dedicação, o que, por sua vez, torna-se complexo devido à jornada dupla ou até tripla de trabalho de professores para alcançarem um salário condizente.

Exige-se do professor a eficácia, no sentido do profissional dedicar-se ao seu trabalho e fazê-lo de maneira íntegra e responsável. O professor eficaz é aquele que se utiliza das oportunidades que lhes são oferecidas para expandir seu campo de

conhecimento e lecionar para o desenvolvimento integral de seu aluno; contudo, para que tal ação ocorra, são necessários investimentos de recursos financeiros por meio do governo.

A categoria *competência*, como uma forma de critério para a qualidade da educação e para o padrão de um bom professor, recebe destaque no processo, mas é subjetiva. Oliveira (2003) destaca que “O conceito de competência seria nitidamente um mecanismo ideológico construtor e contribuinte para o avanço de uma cultura neoliberal” (2003, p. 166). O discurso do BM é de que professores competentes são aqueles que possuem habilidades e qualidades: habilidades em desenvolver o conteúdo proposto a ser estudado e qualidade de tornar o seu trabalho íntegro.

Diante dos aspectos suscitados, pondera-se que as lacunas existentes na educação não estão sendo resolvidas com teorias, com leis e planos idealizados, portanto, há necessidade de serem elaborados planos e leis que sejam efetivadas levando em consideração a especificidade da história, do contexto brasileiro. Um financiamento adequado para a educação pública deve ser a prioridade, mas o que se vê é na atualidade é o ajustamento e o corte de verbas para a educação pública. Há de se romper com a lógica da ordem capitalista imposta pelo capital internacional e suas relações globalizadas que determinam a agenda política a serem prescritas na educação.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Prioridades y estrategias para la educacion**: Examen Del Banco Mundial. Washington, 1995.

BANCO MUNDIAL. **Mejorar la enseñanza y el aprendizaje por médio de incentivos**: Qué lecciones nos entregan lãs reformas educativas de América Latina? Washington, 2005.

BANCO MUNDIAL. **Incrementar el aprendizaje estudiantil em América Latina**: el desafio para o siglo XXI. Washington, 2008.

HOLANDA, Aurélio Buarque. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. São Paulo: Positivo Editora, 2010.

NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 14 de Agosto de 2014.

PANSARDI, Marcos Vinícius. **A Formação de Professores e o Banco Mundial**. Caderno do Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Porto Alegre: ANPAE. 2009. Disponível em: <[www.anpae.org.br/congressos\\_antigos/simposio2009/201.pdf](http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/201.pdf)>

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro** (1944-2008). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001, p.320. Resenha de: OLIVERA, Ramon. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação? In: **Revista Scielo: Trabalho, Educação e Saúde**, v.1, n.2, p.362-368, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n2/11.pdf>>.

RAMOS, Marise Nogueira. **Dicionário da Educação Profissional da Saúde**. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/pedcom.html>>

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.